



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Mesa coordenada Propriedade, distribuição e política social na construção do socialismo em Cuba.

A EMPRESA ESTATAL NA TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO EM CUBA

Aline Fardin Pandolfi¹

Resumo: Este artigo objetiva refletir sobre o lugar da empresa estatal no processo de transição ao socialismo em Cuba. Para isso, inicialmente apontaremos elementos mais gerais relativos às formas de propriedade, especialmente a estatal, ao longo de contextos de transição ao socialismo. Este debate é importante para considerar a negação da propriedade privada e a necessária apropriação social da produção na passagem para a sociedade socialista. Assim, em análise sobre o processo revolucionário cubano, identificamos que há um importante avanço no país quanto ao papel da empresa estatal para o movimento de apropriação social da produção, mesmo frente aos desafios históricos de sua economia dependente e submetida ao bloqueio econômico internacional.

Palavras chave: Transição ao socialismo; Empresa estatal; Cuba.

Abstract: This article aims to reflect on the place of state enterprise in the process of transition to socialism in Cuba. For this, we will initially point out more general elements related to the forms of property, especially the state, throughout contexts of transition to socialism. This debate is important to consider the denial of private property and the necessary social appropriation of production in the transition to socialist society. Thus, in an analysis of the Cuban revolutionary process, we find that there is an important advance in the country regarding the role of the state enterprise for the social appropriation of production, even in the face of the historical challenges of its dependent economy and subject to the international economic blockade.

Keywords: Transition to socialism; State enterprise; Cuba.

Introdução

Os processos de transição ao socialismo requerem uma ruptura gradual, e normalmente de longo prazo, com os elementos estruturantes do modo de produção capitalista. Neste sentido, em processos de transição ao socialismo há uma progressiva ruptura com a forma de propriedade privada e com a relação de exploração do trabalho, de modo a alterar a contradição principal deste modo de produção, qual seja a produção social em contraposição a apropriação privada da riqueza.

A transição entre um modo de produção e outro sempre conserva elementos da sociedade precedente, especialmente aqueles relativos ao grau de desenvolvimento das forças produtivas e técnicas de produção. Esta transição não possui parâmetro de forma

¹ Doutora e Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atualmente atua como Assistente Social na Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV). E-mail: <ali_pandolfi@yahoo.com.br>.

ou conteúdo, assumindo forma particular conforme as condições histórico-concretas de cada país.

Um dos aspectos que sofre modificação ao longo da transição ao socialismo é a forma de propriedade predominante. Esta já não pode ser a propriedade privada sobre os meios de produção. Segundo os clássicos, a forma de propriedade predominante ao longo da transição ao socialismo é a propriedade estatal, a empresa estatal. Não que esta empresa seja “socialista” ou se configure em “propriedade social” apenas por se converter em estatal, pois, para isso, deve apresentar modificações graduais em suas relações de produção, principalmente em relação à forma de participação política de seus trabalhadores. Além disso, todas as formas de propriedade presentes em um período de transição são necessárias, por isso se conservam ou são instituídas, compondo uma totalidade de formas de propriedade necessárias aos particulares processos de transição.

Há que se considerar que o espaço da produção é fundamental para a unidade entre interesses individuais, coletivos e sociais, pois nele o trabalhador produz, mas também planeja (com base no planejamento para toda a sociedade) e decide sobre a produção.

A constituição de novas relações de produção no interior das empresas estatais em processos de transição ao socialismo. Assim, não se trata apenas de modificar a forma de propriedade, mas, principalmente, de realizar o movimento de apropriação social da produção, de modo que os trabalhadores de fato se apropriem das condições objetivas necessárias à sua (re)produção.

A experiência particular de transição ao socialismo em Cuba também deve ser analisada a partir de suas particularidades histórico-concretas. A Revolução Cubana de 1959 deu início a um Governo para os trabalhadores, mas só foi autodeclarada socialista em 1961 em conhecido discurso de Fidel Castro sobre o ataque norte-americano à *Playa Girón*.

Sabe-se que a contradição principal a ser enfrentada por Cuba é sua condição de dependência e subdesenvolvimento. Por isso, a transição ao socialismo no país precisa beneficiar-se de técnicas, tecnologias, bens e serviços disponíveis no comércio internacional e necessários ao atendimento das necessidades de sua população interna. Nesse sentido, segue no país uma revolução em permanência.

Na experiência particular de transição ao socialismo em Cuba, registrou-se a expropriação de terras, a desapropriação e estatização (com caráter nacionalizador) das empresas que antes eram privadas, conformando-se assim o domínio da forma de propriedade estatal desde a década de 1960. Além das mudanças na forma de propriedade desde o início do processo revolucionário, há mudanças na apropriação da produção logo nos primeiros anos, caracterizada pela apropriação dos meios de produção, mas também pela apropriação dos resultados da produção através da distribuição social dos produtos, especialmente pelo mecanismo da *libreta de abastecimentos*. A formação das empresas estatais cubanas não se caracterizou apenas por mudanças na forma de propriedade, mas compôs todo um conjunto de transformações que o país passou a realizar a partir da tomada do poder pelos trabalhadores.

A partir da condução de Che Guevara no Ministério das Indústrias, no início do processo revolucionário, havia uma perspectiva pelo estabelecimento de uma nova relação com o trabalho a partir do dever social e da aplicação de estímulos morais, considerando o fato de que os trabalhadores cubanos seriam proprietários dos meios de produção e estariam iniciando um movimento de apropriação social da produção. Contudo, muitos foram os desafios dos primeiros anos da experiência revolucionária cubana, dentre eles: o bloqueio norte-americano, a carência por matérias-primas fundamentais, o baixíssimo desenvolvimento das forças produtivas, as incompatibilidades em relação aos produtos e tecnologias recebidas do “campo socialista”, etc. Mesmo assim, Cuba avançou significativamente em relação à atenção a saúde, educação, esporte, cultura e em níveis de igualdade social, mantendo até os dias atuais números incomparáveis com os demais países da América Latina e Caribe.

Além daqueles desafios, identificaram-se ainda inúmeros desafios internos inerentes ao próprio processo de transição ao socialismo em Cuba, que culminou na *Retificação de erros e tendências negativas* na década de 1980. Em 1990 Cuba passa a enfrentar o denominado *Período Especial* que aprofundou alguns de seus desafios.

Já nos anos 2000, Cuba consegue estabelecer importantes alianças internacionais, principalmente com países da América Latina e Caribe através da ALBA. Em 2011 inicia-se a *Actualización del Modelo Económico y Social* cubano, a partir da qual as diversas mudanças em curso no país passam a ser unificadas e dirigidas

por documentos nacionais, caracterizando as estratégias recentes da transição ao socialismo em Cuba.

Neste contexto contemporâneo, não houve significativas mudanças quanto ao papel atribuído à empresa estatal na transição ao socialismo. Esta forma de propriedade segue sendo, junto com as cooperativas, a forma de propriedade considerada “socialista” e/ou “propriedade social” etc. Entretanto, as formas de propriedade formam uma totalidade permeada por contradições internas e que está inserida em uma totalidade mais ampla – qual seja a da transição ao socialismo em Cuba, visto ser esta transição caracterizada pelo movimento de *suprassunção*.

1. A estatização na transição ao socialismo

Após a tomada do poder há que se considerar que a transição está apenas em seus “passos iniciais”, há inúmeras outras transformações que as classes, os sujeitos dessa revolução, devem iniciar. Assim, com a intenção de responder politicamente às questões dessa natureza que se colocavam ao processo de luta de classes que ocorria diante dos olhos de Marx e Engels, estes apontaram algumas mudanças iniciais à tomada do poder; aqui destacar-se-á àquelas relativas às alterações na forma de apropriação da produção, considerando as diferentes formas de propriedade.

Sobre as formas de propriedade em processos de transição ao socialismo, ou seja, após a tomada do poder, Marx e Engels assinalaram em algumas passagens a necessidade inicial de centralizar os meios de produção no Estado. Considerando que no capitalismo já existem meios de produção estatais, a posse destes meios de produção pelos trabalhadores e sua gestão centralizada através do novo Regime Político (em formação) seria uma das primeiras ações após a tomada do poder. Dessa forma, os meios de produção e, a produção em si, que já são sociais, passariam a ser apropriados pelos trabalhadores (ENGELS, 2015).

No Manifesto do Partido Comunista Marx e Engels (2009a, p.60, tradução nossa) afirmaram que o proletariado deveria valer-se “[...] de sua dominação política para ir arrancando gradualmente da burguesia todo o capital, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado”. Destacamos aqui o caráter relativamente lento dessas transformações. Em outra passagem afirmam os autores “[...] a revolução do proletariado, [...] somente poderá transformar paulatinamente a

sociedade atual, e acabará com a propriedade privada unicamente quando tenha criado a necessária quantidade de meios de produção [...]”, (MARX; ENGELS, 2009a, p. 98, tradução nossa). Assim, seria possível a supressão da propriedade privada quando o desenvolvimento das forças produtivas atingisse determinado grau de produção que possibilitasse atender, ao menos inicialmente, as necessidades dos integrantes daquela sociedade. Antes disso, estariam presentes diversas formas de propriedade nas diversas experiências que iniciassem o processo de transição.

O processo de apropriação da produção se iniciaria através da supressão da propriedade privada e da constituição da forma estatal de propriedade controlada pelos trabalhadores, substituindo progressivamente a anarquia da produção capitalista pela produção socialmente planejada (ENGELS, 2015). Assim, num processo de transição ao socialismo a empresa estatal é caracterizada, principalmente, pela função social que passa a desempenhar. Ela deve se subordinar as decisões conscientes dos trabalhadores, tendo por objetivo fundamental atender as necessidades da população do país, diferenciando-se, portanto, da empresa estatal capitalista – visto que esta tem por objetivo a acumulação de capital.

Dessa forma, a transição da sociedade capitalista para uma sociedade que seja a esta superior deve contar com a progressiva negação da propriedade privada dos meios de produção e buscar generalizar formas de propriedade através das quais os trabalhadores se apropriem da produção e de seus resultados, onde estes se realizem em seus processos de trabalho. Segundo Marx e Engels (2009a, p.53, tradução nossa) “[...] o traço distintivo do comunismo não é a abolição da propriedade de forma geral, e sim a abolição da propriedade burguesa [...]”, dessa forma, “[...] os comunistas podem resumir sua teoria na seguinte fórmula única: abolição da propriedade privada”. Assim, dever-se-á reestabelecer a relação entre o homem e as condições inorgânicas para o desenvolvimento de seu metabolismo com a natureza – destinado à produção de valores de uso, dever-se-á reestabelecer a unidade homem/ natureza. Essa relação é necessária à existência humana independentemente da forma que assuma. O homem desprovido das condições para sua reprodução não existe enquanto ser individual e nem humano-genérico e quando estas condições estão apropriadas por outrem se manifesta uma relação de dominação. Na “Ideologia Alemã” Marx e Engels (2009b, p.29) afirmaram que a liberdade humana só poderá ser alcançada quando a humanidade obtiver “[...]

alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. A “libertação” é um ato histórico e não um ato do pensamento, e é ocasionada por condições históricas [...]”.

As novas formas de propriedade e, a partir delas, as novas formas de apropriação da produção que serão constituídas nos processos de transição ao socialismo, serão também produto das mudanças que a história humana obteve no percurso do modo de produção capitalista, ou seja, terão por base a complexificação da produção e distribuição industrial internacional, as relações de produção no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, a atual divisão social, técnica e internacional do trabalho (MARX 2008; MARX 2011). Estes elementos devem ser considerados “[...] não no plano local, mas no plano histórico mundial, é um pressuposto prático, absolutamente necessário, pois sem ele apenas se generaliza a escassez [...]”, (MARX; ENGELS, 2009b, p.38).

Essas novas relações de produção seriam construídas ao longo deste processo de transição, conforme já dito. Ninguém soube e não saberá precisar o tempo que se transcorrerá até a chegada ao comunismo, ao estabelecimento de relações de produção totalmente novas. A transição ao socialismo como primeiro mote da transformação do capitalismo demandaria, portanto, alterações importantes nas formas de propriedade sob os meios de produção e nas relações de produção, de modo a negar a propriedade privada como forma fundamental e as relações de produção pautadas na exploração do trabalho.

Mesmo diante dos grandes desafios, existe a necessidade por pensar estratégias e táticas de sustentação do período de trânsito nas condições histórico-concretas e particulares em que se realizam e, é nesse sentido, que se apontarão aspectos sobre a experiência cubana.

2. A empresa estatal em Cuba

Antes da vitória da Revolução Cubana, mais da metade das terras do país pertencia a proprietários norte americanos. Estes também eram proprietários das empresas que forneciam serviços fundamentais como de comunicação e de eletricidade. No Oriente onde está a maior Província² de Cuba, até 1959 “[...] as terras da United

² A organização territorial da ilha adota a divisão em Províncias.

Fruit Company e da West Indian [uniam] a costa norte com a costa sul” e havia grandes áreas de terras improdutivas. Em contrapartida, “[...] [havia] 200 mil famílias camponesas que não [possuíam] um palmo de terra onde semear culturas para alimentar seus filhos famintos”, (CASTRO, 2011, p.46). Naquele período, havia uma média de 400 mil famílias no campo e nas cidades que viviam em condições subumanas de moradia, sem condições básicas de higiene e saúde. Os aluguéis pagos para moradia nas cidades consumiam em média 1/3 dos rendimentos dos mais de 2,2 milhões de trabalhadores que necessitavam dessa forma de contrato (CASTRO, 2011).

A propriedade privada sobre os meios de produção em contraposição à produção social da riqueza, sendo uma contradição da sociedade capitalista, também caracterizava a economia cubana (MARX, 2008). É importante destacar que Cuba era um país dependente, especialmente aos interesses das classes burguesas norte americanas.

Em 01 de janeiro de 1959 se instaura o governo revolucionário, que inicialmente identificava aquela como uma revolução “para os humildes”. Assim, dentre as primeiras ações após a tomada do poder estava à expropriação³ e desapropriação das propriedades privadas⁴.

Para isso, foi aprovada a primeira Lei de Reforma Agrária em 17 de maio de 1959, a qual visava expropriar os grandes detentores das terras em Cuba e repassá-las aos trabalhadores do campo. Houve a fixação de área de 27 hectares como o mínimo necessário à moradia e sobrevivência de uma família de 5 pessoas. Os trabalhadores agrícolas teriam direito a esse mínimo de terra, o que expressaria uma forma de apropriação imediata das condições objetivas necessárias à sua (re) produção. A primeira lei também previu a criação do INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (INRA), o qual tinha por atribuições criar e administrar as cooperativas agrárias e as zonas de desenvolvimento agrário. Os pequenos produtores organizados nas cooperativas foram incorporados aos planos estatais e integrados ao que em Cuba se convencionou denominar de “propriedade social”, ou ainda “propriedade ou setor

³ A expropriação é a tomada da propriedade sem remuneração ou indenização ao expropriado. Diferente da desapropriação, situação em que há compensação. Durante o processo revolucionário cubano ocorreram os dois casos.

⁴ Vale destacar que, mesmo de maneira incipiente, a expropriação da propriedade privada de terras em Cuba se inicia ainda no contexto da guerra de guerrilhas, como parte da estratégia dessa forma de luta armada e que visava antecipar, a partir de suas bases, as mudanças estruturais que o movimento almejava.

socialista da economia” e até mesmo “empresa socialista” como forma de aludir às empresas estatais (RODRÍGUEZ; CARRIAZO, 1990).

Entretanto, a estatização não deve ser igualada à “propriedade social” ou “propriedade socialista”, pois haveria que considerar a profundidade das alterações nas relações de produção no sentido de transitar para uma sociedade pós-capitalista.

Por ser um país com baixo desenvolvimento das forças produtivas, subdesenvolvido e dependente, que manteve ao longo de sua história uma relação comercial quase exclusiva com os EUA, os desafios foram imensos. Após a batalha em *Playa Girón*, em 03 de janeiro de 1961 se formalizou a ruptura diplomática dos EUA com o Governo Cubano e em 1962 foi aprovada a primeira lei regulamentando o bloqueio americano. Em discurso, foi quando pela primeira vez Fidel Castro declarou publicamente que a Revolução Cubana tratava-se também de uma Revolução Socialista.

Em 1963 foi aprovada a segunda lei de Reforma Agrária que objetivou eliminar a forma de propriedade e de contratação capitalista presente na agricultura cubana. A Reforma Agrária realizada em Cuba, nas palavras de Che Guevara em discurso de 1963 (1982, p.10), “[...] converteu-se no cenário de uma violenta luta onde foram expropriados, sem compensação alguma, todos os grandes latifundiários de Cuba”⁵.

No ano de 1963, as terras que eram de proprietários estadunidenses já haviam passado a pertencer ao povo cubano e em algumas regiões os trabalhadores do campo passaram a se organizar em cooperativas, além das propriedades privadas individuais. O processo de estatização das empresas cubanas ocorre juntamente com a Reforma Agrária. O número de indústrias era extremamente reduzido, a maioria de pequeno porte, com baixo desenvolvimento das forças produtivas e, as que se referiam aos setores estratégicos eram (em sua maioria) de proprietários norte americanos. Por isso, Cuba era extremamente dependente da base tecnológica, do fornecimento de matérias primas essenciais, de peças de reposição etc., procedentes especialmente dos EUA (SAENZ, 2004).

⁵ Muitos estadunidenses. Há diversos destes e também cubanos que migraram para os EUA após a revolução, que seguem guardando os documentos relativos à propriedade privada que obtinham, com a expectativa de que, em se findando o processo revolucionário, poderão ser restituídos financeiramente ou obtê-las de volta (BANDEIRA, 2009).

A partir de agosto de 1960 inicia-se a estatização das fábricas, e, em outubro do mesmo ano praticamente todas as empresas privadas de menor⁶ ou maior porte, haviam sido estatizadas. Esta estatização se deu com a intenção de alterar as formas de propriedade em vigor no país até aquele período, com a intenção de desapropriar as empresas privadas e estrangeiras, convertendo-as em patrimônio nacional e do povo cubano. No ano de 1961, foi registrada a desapropriação de mais de 80% das empresas e, em 1963, já haviam sido estatizadas mais de 90%. Dentre outras, as empresas na área de petróleo, energia elétrica, níquel e usinas açucareiras, foram todas estatizadas e passaram a compor a planificação centralizada da economia (CHE, 1982; SAENZ, 2004). Dentre as particularidades ao caso de Cuba, este processo de desapropriação e estatização foi também marcado por um processo de nacionalização, visto que grande parte da apropriação privada estava sob domínio do capital estrangeiro, norte americano.

Em 1962, tem-se a criação da denominada *Libreta de Controle de Abastecimento*⁷. Trata-se da distribuição racionada de bens de consumo alimentícios, organizada no chamado mercado racionado ou normado, que seria inicialmente temporário até que se alcançasse certo grau de desenvolvimento das forças produtivas em que o racionamento fosse dispensável (DÍAZ, 2010; RODRIGUÉZ; CARRIAZO, 1990). Esta forma de distribuição dos produtos socialmente produzidos através da expropriação de terras e desapropriação e estatização (com caráter nacionalizador) das empresas cubanas, expressa que desde o início do processo revolucionário há mudanças na forma de o trabalhador se apropriar dos resultados da produção. Assim, as alterações na forma de propriedade em Cuba são acompanhadas por alterações nas relações de produção e na forma como o trabalhador se apropria dos produtos socialmente produzidos, sendo um dos mecanismos para isto a distribuição da produção através da *libreta de abastecimentos*. Além disso, para melhor compreender esse processo de apropriação da produção pelos trabalhadores é fundamental conhecer as mudanças nas

⁶ Durante o processo de estatização, algumas fábricas menores pertencentes a proprietários cubanos foram estatizadas mediante a própria concessão dos proprietários que, a partir desse período, passaram a trabalhar nas fábricas, agora de propriedade estatal e, portanto, de toda a população cubana. Como o exemplo da fundição 'Hermanos Steere', na qual os antigos proprietários privados além de trabalharem intensamente, contribuíram com ideias inovadoras, fundamentais naquele contexto (SAENZ, 2004).

⁷ A *Libreta* em português significa caderneta, a qual é nominal e pertencente a cada cubano. Através dela a população tem acesso a uma lista de alimentos e outros produtos que são ofertados pelo Estado a preços subsidiados, havendo sido alterados alguns destes produtos e suas respectivas quantidades no decorrer dos anos da revolução cubana.

formas de participação política que passaram a ser organizadas no interior das unidades produtivas.

Nos primeiros anos do Governo Revolucionário, Cuba registrou números nunca antes alcançados pelo país. A taxa de crescimento do Produto Social Global aumentou progressivamente, passando de 2,8%, no início do processo revolucionário, para 5,7 na década de 1970. Nesta mesma década, a taxa de desemprego não passou de 2,0% em relação ao total da população em idade para trabalhar. Na educação, o número de professores primários foi ampliado em 40,8%, em 1961 foi realizada a Campanha de Alfabetização, que praticamente eliminou o analfabetismo no país, e a Reforma Universitária, que ampliou as pesquisas científicas, o número de especialidades, a possibilidade de bolsas de estudo, dentre outros. A saúde, mesmo com a redução pela metade do número de médicos, teve seu atendimento ampliado em virtude da nova organização, destinado a toda a população (RODRÍGUEZ; CARRIAZO, 1990). Aqui se expressa também à forma de acesso dos cubanos ao fundo de bens e serviços, sendo estes além de produtos diversos, serviços como educação e saúde. Estas duas frentes foram instituídas como prioritárias na Revolução Cubana, o que levou o país a avançar imensamente nestes setores⁸.

A Junta Central de Planificação (JUCEPLAN) definiu como empresa pública em Cuba, na época, a “[...] integração de todas as unidades de produção”, (CHE, 1982, p.131). Estas unidades de produção exerciam atividades próximas, atuavam com orçamento similar, a partir desse orçamento, estabeleciam suas metas de produção, assinavam contratos e convênios de coletivos de trabalho. Todas as empresas deveriam incorporar os trabalhadores a seus espaços de decisão. Segundo Che (1982, p.132), a empresa deveria “[...] recorrer a seus funcionários e operários para discutir os planos, para incorporar o pessoal à produção e aos problemas da produção, de tal forma que o resultado final seja algo vivo, produto de discussões práticas [...]”. No âmbito das empresas os trabalhadores foram organizados em sindicatos, *Conselho Técnico Assessor* e também realizavam *Assembleias de Produção*. Essas foram estratégias importantes

⁸ Atualmente Cuba apresenta números relativos à saúde e educação incomparáveis a qualquer outro país da América Latina e Caribe. Por exemplo, segundo dados do Anuário Estatístico da CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe) de 2015, a taxa de mortalidade infantil em Cuba é a menor da região, apresentando uma média entre 2010 e 2015 de 5,5 mortes para cada 1.000 nascidos vivos; essa mesma taxa no Brasil é de 20,3 mortes. O mesmo relatório apresenta que a taxa de alfabetização de Cuba também é a maior da região, sendo de praticamente 100% se considerados homens e mulheres.

quanto à incorporação dos trabalhadores no planejamento e na gestão da produção, pois mesmo havendo um diretor com funções específicas, buscou-se implementar uma forma de planificação e gestão coletivizada, no sentido de os trabalhadores se apropriarem dos meios de produção e da produção em sua totalidade.

Mesmo sendo implementadas diversas medidas na sociedade e na produção na perspectiva de realização da transição ao socialismo em Cuba, os desafios desse processo transitório são significativos. No caso cubano, esse desafios se deram tanto no que tange as relações internacionais (devido ao bloqueio econômico), quanto a questões de ordem internas.

Durante a década de 1980 o Governo Revolucionário Cubano inicia um profundo processo de avaliação dos desafios e contradições a serem enfrentados pelo país⁹, os quais foram elencados por Fidel Castro em discurso proferido em 1986. A partir da identificação desses erros e tendências negativas, entre 1986 e 1990, se inicia uma fase denominada de *Retificação de erros e tendências negativas*. Tal iniciativa recorreu à questão moral e ética que deveria integrar a defesa pelo projeto de sociedade socialista, tendo por intenção recuperar a disciplina no trabalho e eliminar as práticas ilegítimas presentes nos espaços de trabalho. Para isso, foram eliminados o mercado livre campesino, o sistema de premiação por produtividade no trabalho e a atividade por conta própria foi restringida. A política de trabalho passou a ser regida pelo Código do Trabalho revisado pela Resolução 51 de 1º de janeiro de 1989 (FERRIOL, 1998).

Após iniciada a Retificação de erros e tendências negativas, o país enfrenta novo desafio que é o *Período especial*¹⁰. Este se inicia em fins da década de 1980 e início de 1990, e é fundamentalmente provocado pela queda do bloco soviético. A partir de então,

⁹ No âmbito mais concreto, foram identificados os seguintes problemas neste período: a multiplicação da burocracia; a apelação desmedida ao interesse material; desvio de recursos estatais e corrupção; a utilização de cargos e funções para obter privilégios e vantagens materiais; uma baixa produtividade do trabalho frente ao incremento das remunerações e da manutenção da taxa de ocupação, o que resultou em liquidez monetária acumulada em posse dos trabalhadores; o mercado livre campesino gerou desestímulo ao surgimento de novas cooperativas e impulsionou a atuação de especuladores de todo tipo. Nos locais de trabalho destacam-se: a indisciplina laboral, as ausências consecutivas e a flutuação de trabalhadores entre ocupações. A taxa de flutuação entre 1986 e 1988 foi de 13%, sendo que 10% foi registrada como de interesse dos próprios trabalhadores (DÍAZ, 2010; MARTÍNEZ, 1989; FERRIOL, 1998).

¹⁰ O termo mais conhecido é *Período especial*, mas o termo completo seria *Período especial em tempos de paz* derivado do termo *Período especial em tempo de guerra*. Isto porque o plano que passou a ser aplicado na década de 1990 foi previamente elaborado pelo Governo Cubano durante a Guerra Fria, com a intenção de enfrentar as dificuldades advindas de uma possível guerra entre os EUA e a URSS, como a escassez de alimentos e combustíveis. Entretanto, as dificuldades vieram do fim do “campo socialista” e não devido a uma situação de guerra.

Cuba passa por insuficiências significativas na produção econômica e no acesso a diversos produtos. O país enfrenta uma contração nas importações da ordem de aproximadamente 75% em princípios da década de 1990 e, como consequência, teve que ampliar e acelerar o estabelecimento de relações com outros países, sendo estes integrantes da economia capitalista mundial (FERRIOL, 1998).

Devido à abrupta redução das importações, em 1993 o PIB cubano já havia diminuído 35% em relação ao de 1989, ainda em 1988 ocorre uma redução significativa na oferta de produtos indispensáveis à população, sendo que dos 1.560 artigos que ficavam disponíveis, apenas 11% se encontrava permanentemente no mercado racionado/ normado (distribuídos através da libreta); em torno de 35% estavam disponíveis esporadicamente e aproximadamente 54% não eram ofertados há algum tempo. O acesso aos produtos em geral sofre uma retração de 31% nos primeiros anos da década de 1990 (DÍAZ, 2010).

Desde então, a economia cubana mantém o setor estatal como majoritário, mas em convivência com o que denomina de setor não estatal. Com o intuito de organizar a relação entre esses setores, tem-se a regulamentação das obrigações fiscais e do regime de trabalho. Criam-se assim as *Empresas Pontes* que seriam encarregadas de negociar as condições e relações de trabalho dos trabalhadores cubanos nas denominadas *empresas mistas*¹¹, fazendo o papel de selecioná-los, negociar sua remuneração e seus benefícios, garantindo ainda os benefícios concedidos a toda população cubana (FERRIOL, 1998). As empresas mistas caracterizam uma forma particular de propriedade, a propriedade mista, que de acordo com Amenteros (2002, p. 131) trata-se de “[...] uma forma transicional entre a propriedade privada capitalista e a propriedade socialista”. Entende-se aqui que é a forma de propriedade privada capitalista que deverá tender ao desaparecimento no processo de transição ao socialismo, devendo ser gradativamente substituída por formas de propriedade que visem à apropriação social da produção. Em Cuba, o Governo Revolucionário identificou a necessidade desta forma de propriedade como caminho para potencializar (de maneira regulamentada) a presença do capital estrangeiro no país, sendo esta uma das vias de enfrentamento as dificuldades impostas pelo *Período especial*.

¹¹ Por exemplo, o ramo hoteleiro, que mescla a oferta do serviço por empresa estrangeira com a oferta de mão de obra por trabalhadores cubanos.

A expansão das atividades por conta própria, a abertura estrangeira e a permissão de funcionamento ao mercado agropecuário, alteraram as formas de propriedade existentes no país, mesmo mantendo-se majoritário o setor estatal. Há ainda a complexidade da dualidade monetária, a qual conta com a circulação da moeda correspondente ao dólar (CUC – peso conversível) especialmente no setor não estatal. Sendo que neste setor os trabalhadores recebem principalmente em peso cubano (CUP).

Este contexto registra um desestímulo ao trabalho nas empresas estatais e uma tendência migratória dos trabalhadores do setor estatal para atuar em atividades por conta própria, em instituições vinculadas ao turismo etc.

Cuba segue enfrentando os desafios decorrentes do bloqueio econômico norte-americano e as consequências que se seguiram após o *Período especial*. Para isso, iniciou-se o processo de *Actualización del Modelo*, especialmente a partir de 2011, havendo sido aprovados no ano de 2016 mais dois documentos¹² que devem contribuir com as mudanças em curso. Dentre estas mudanças, está o surgimento e a regulamentação de novas formas de propriedade que passam a vigorar no país, e, diante disso, é necessário também considerar o lugar da empresa estatal no contexto recente.

O capítulo 2 do documento sobre a *Conceptualización del Modelo* de 2016, que versa sobre a *propriedade sobre os meios de produção*, destaca que em Cuba a forma de propriedade dominante é a “[...] a propriedade socialista de todo o povo sobre os meios fundamentais de produção” referindo-se as empresas estatais. Outras formas de propriedade mais difundidas no país e que convivem com esta, são: a propriedade cooperativa, a propriedade mista, a propriedade privada e as propriedades de organizações política, de massas e outras formas associativas, (CUBA, 2016, p. 8, tradução nossa). Estas diversas formas de propriedade terão suas relações econômicas estabelecidas através de contratos (CUBA, 2011).

A forma de propriedade cooperativa é também considerada parte do *sistema de propriedade socialista*, devido a estar sustentada em princípios coletivos de produção/distribuição, sendo os trabalhadores atuantes no processo de decisão e controle da produção, se apropriando também dos resultados do trabalho conforme o que foi aportado (CUBA, 2016).

¹² Os dois documentos aprovados no VII Congresso do PCC, o *Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social hasta 2030 Conceptualización del Modelo* de 2016.

A partir dos *Lineamientos* se prevê a possibilidade de separação entre propriedade e gestão da propriedade. Neste contexto, algumas formas de propriedade, que permanecem como propriedade do Governo dos trabalhadores, tem sua gestão transferida. Nas formas de gestão não estatais, não está autorizada a concentração da propriedade em pessoa natural ou jurídica (CUBA, 2011). Nos casos em que a gestão da propriedade não é estatal, o Governo dos trabalhadores está incumbido de definir as condições do contrato de arrendamento, as regras básicas de funcionamento, as atividades principais, o período de vigência do arrendamento, dentre outros aspectos (CUBA, 2016). Em Cuba, a transferência da gestão das propriedades para grupos de trabalhadores organizados de formas variadas indica uma forma de autogestão particular do país, já que a gestão passa a ser transferida e realizada diretamente pelos trabalhadores que atuam naquela unidade produtiva.

Neste sentido, mantém-se o princípio de que a propriedade estatal é “[...] a coluna vertebral de todo o sistema de propriedade da sociedade socialista, pela função preponderante que desempenha [...]” (CUBA, 2016, p.08, tradução nossa). Ainda na *Conceptualización del Modelo* se distinguem dois tipos de entidades que representariam a *propriedade social sobre os meios fundamentais de produção*, as *Unidades orçamentárias* e as *Entidades empresariais de propriedade socialista de todo o povo*¹³.

Assim, as mudanças recentes não tem alterado de forma significativa o lugar da empresa estatal na transição ao socialismo em Cuba, sendo que esta forma de propriedade segue sendo majoritária nos setores mais importantes da economia, sendo também dominante quanto ao número de trabalhadores empregados.

Considerações Finais

Vale destacar a importância da forma de propriedade cooperativa e estatal nos primeiros anos do processo revolucionário, como se deu no caso cubano, onde foram desapropriadas, nacionalizadas e estatizadas diversas empresas antes privadas, mediante um processo que alterou a forma de propriedade, mas também a forma de apropriação

¹³ As *Unidades orçamentárias* são as que cumprem função estatal e estão sujeitas ao controle popular, contando com coletivos de trabalhadores muito atuantes quanto à elaboração, controle e execução dos planos institucionais, são, por exemplo, os Centros de Saúde de Cuba. As *Entidades empresariais* são “[...] pessoas jurídicas de diferentes escalas, com direitos e obrigações próprias; [...] produtoras de bens e serviços mercantis, gerindo meios de produção de todo o povo” conforme planejamento prévio, por exemplo, a empresa estatal de níquel (CUBA, 2016, p.9, tradução nossa).

das condições objetivas necessárias à (re) produção social. Mesmo assim, a propriedade estatal ou empresa estatal, bem como a forma de propriedade cooperativa, não devem ser equiparadas à “propriedade socialista”, pois apesar das várias alterações já realizadas nas relações de produção em Cuba, não há como evidenciar-se uma “propriedade socialista” em uma sociedade que, em sua totalidade, está em processo de transição para o socialismo. Com as mudanças nas formas de propriedade e nas relações de produção se inicia o que Engels (2015) denominou de *apropriação social dos meios de produção*, o que também não é sinônimo de apropriação social da produção. Esta é mais abrangente e envolve apropriar-se dos meios de produção, bem como da produção como um todo. Em termos concretos, se considerado todo o contexto da Revolução Cubana, evidenciam-se importantes avanços quanto à apropriação social da produção pelos trabalhadores, visto que há avanços quanto aos processos de distribuição da riqueza socialmente produzida, bem como na gestão da produção e na planificação da sociedade em geral.

Referências

AMENTEROS, María del Carmen Acosta. El período de tránsito al socialismo en las condiciones del desarrollo desigual del capitalismo. In _____. **Economía Política de la Construcción del Socialismo: fundamentos generales**. Colectivo de autores. Habana, Cuba: Félix Varela, p.55-71, 2002.

BANDEIRA, Alberto Moniz. **De Martí a Fidel, a Revolução Cubana e a América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CASTRO, Fidel Ruz. **A história me absolverá**. 3. ed. São Paulo: expressão popular, 2011.

CHE, Ernesto Guevara. **Textos econômicos para a transformação do socialismo**. São Paulo: Edições Populares, 1982. (Coleção América Latina, v. 8).

CUBA. **Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución**. La Havana, 2011.

_____. **Resolución sobre el Proyecto de Conceptualización del Modelo Económico y Social Cubano de Desarrollo Socialista**. La Havana, 2016b. Disponível em: <http://www.pcc.cu/pdf/congresos_asambleas/vii_congreso/resolucion1.php>. Acesso em: 21. dez. 2016.

DÍAZ, Julio C. Acosta. **Consumo y distribución normada de alimentos y otros bienes**. In _____. Cincuenta años de la economía cubana. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2010.

ENGELS, Frederick. **Anti-Duhring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERRIOL, Angela Muruaga. El empleo em Cuba 1980-1996. In____. **Cuba crisis**, ajuste y situación social 1990-1996.

MARTÍNEZ, Fernando Heredia. **Retificación y profundización del socialismo en Cuba**. Buenos Aires: Ediciones Dialetica, 1989.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. 25. ed. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Manifesto Comunista**. 2. ed. La Habana: Ciencias Sociales, 2009a.

_____. **A ideología Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2009b.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

RODRÍGUEZ, José Luis; CARRIAZO, George Moreno. **Erradicación de la pobreza em Cuba**. La Habana, Cuba: Editorial de Ciencias Sociales, 1990.

SAENZ, Tirso W. **O ministro Che Guevara, testemunho de um colaborador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.